

22-11-22

SEB

=====

108 TC-003107.989.20-4

Prefeitura Municipal: Igarapava.**Exercício:** 2020.**Prefeito:** José Ricardo Rodrigues Mattar.**Advogado:** Júlio César Machado (OAB/SP nº 330.136).**Procurador de Contas:** José Mendes Neto.

=====

Título	Situação	Ref.
Aplicação no Ensino – CF. art. 212	26,25%	25%
FUNDEB – Lei nº 11.494/07, art. 21, <i>caput</i> e § 2º	100%	(95% - 100%)
Pessoal do Magistério – ADCT da CF, art. 60, XII	77,14%	60%
Despesa com Pessoal – LRF, art. 20, III, “b”	42,49%	54%
Saúde – ADCT da CF, art. 77, III	22,80%	15%
Transferência ao Legislativo – CF, art. 29-A, I	4,28%	7%
Execução Orçamentária – R\$ 9.024.793,98	8,96% - Superávit	
Resultado Financeiro – R\$ 12.053.095,32	Superávit	
Precatórios	Regular	
Requisitórios de Baixa Monta	Regular	
Remuneração dos agentes políticos (Prefeito e Vice)	Regular	
Encargos Sociais (INSS, FGTS e PASEP)	Regular	
Encargos Sociais (RPPS)	Irregular	
Investimentos + Inversões Financeiras: RCL	6,40%	
Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM	C	
Restrições do Último Ano de Mandato:		
*Restos a Pagar (Dois Últimos Quadrimestres – Cobertura Financeira) – LRF, art. 42	Regular	
*Aumento da Taxa de Despesa de Pessoal – LRF, art. 21, II	Regular	
*Despesas com publicidade – Lei nº 9.504/97, art. 73, VI, “b” ¹	-	
*Publicidade institucional - Emenda Constitucional nº 107 de 02-07-20, art. 1º, §3º, VII	Regular	

ATJ Economia e Chefia: Desfavorável

MPC: Desfavorável

SDG: Sem manifestação

ATJ Jurídica: Favorável

1. RELATÓRIO

1.1 Versam os autos sobre as contas da **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**, exercício de **2020**.

¹ O Município não efetuou gastos com publicidade após 15-08-20.

1.2 Referido município recebeu fiscalização concomitante, nos termos dispostos no TC-A-023486/026/10, Ordem de Serviço nº 01/2012 e § 1º do artigo 1º da Resolução nº 01/2012.

A análise relativa aos períodos de janeiro a abril e de maio a agosto de 2020 consta dos eventos 15.21 e 35.14, respectivamente, tendo sido apontadas falhas nos seguintes itens: “Obras Paralisadas”; “Resultado da Execução Orçamentária no Período”; “Dois Últimos Quadrimestres-Cobertura Monetária para Despesas Empenhadas e Liquidadas”.

O Responsável foi devidamente notificado (eventos 22.1 e 40.1) acerca dos relatórios dos acompanhamentos realizados, disponíveis no processo eletrônico, com vista à regularização das falhas apontadas.

1.3 O relatório da fiscalização anual realizada pela **Unidade Regional de Ituverava – UR-17** (evento 47.22) apontou as seguintes ocorrências:

A.2. IEG-M – I-Planejamento

- Não houve levantamentos formais dos problemas, necessidades e deficiências do Município antecedentes ao planejamento para os setores de Serviços Urbanos, Segurança Pública, Saneamento e Defesa Civil;
- Para a elaboração do diagnóstico municipal não é levado em conta nenhum plano do governo federal ou estadual;
- As seguintes variáveis não foram levadas em consideração para o estudo/análise da previsão da receita: programas do governo estadual, programas do governo federal e efeito da Legislação;
- A LDO prevê autorização para transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação a outra ou de um órgão para outro em percentual acima da inflação;
- A LOA prevê abertura de créditos adicionais por decreto em percentual acima da inflação;
- Há estrutura administrativa voltada para planejamento, no entanto, a Prefeitura Municipal não possui recursos humanos para operacionalização das atividades deste setor;

- O servidor responsável pela contabilidade da Prefeitura Municipal não é ocupante de cargo de provimento efetivo;
- Não houve realização de audiências públicas voltadas para avaliar o cumprimento das metas fiscais traçadas no planejamento, conforme previsto no artigo 9, §4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal no 3º Quadrimestre até o final do mês de fevereiro de 2021;
- O Prefeito recebe relatórios mensais sobre a execução orçamentária sem os projetos, atividades e operações especiais previstos e executados;
- A Ouvidoria do Poder Executivo não dispõe de Recursos Humanos, Tecnológicos e Materiais para a operacionalização de suas atividades.

B.1.1. Resultado da Execução Orçamentária

- Verificamos a abertura de créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições em valor correspondente a 28,90% da despesa inicialmente fixada pela Lei Orçamentária Anual, índice que, s.m.j., ratifica o baixo nível de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP.

B.1.3. Dívida de Curto Prazo

- Considerando o índice de liquidez imediata de apenas 0,8295, denota-se que a Prefeitura não possui liquidez suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo em montante equivalente a 5,28% de sua Receita Corrente Líquida.

B.1.5. Precatórios

- Os valores relativos a precatórios contabilizados pela Origem em seu balancete e em seu Balanço Patrimonial divergem daqueles disponibilizados no Mapa Anual de Precatórios do Conselho Nacional de Justiça;
- Além disso, os valores contabilizados no balanço patrimonial também não equivalem ao apresentado no Mapa de Precatórios informado pela Origem ao Sistema Audesp em relação ao exercício de 2020;

- Em que pese os levantamentos técnicos efetuados pelo DEPRE tenham apurado a suficiência dos depósitos efetuados pela Origem nas contas do TJSP em 2020, nossos cálculos indicam que os recolhimentos efetuados ao longo do exercício em apreço somaram um montante R\$ 136.059,23 inferior ao necessário para atingimento da alíquota da Receita Corrente Líquida Mensal do Município estabelecida no período.

B.1.6. Encargos

- A Origem deixou de recolher as parcelas de março a dezembro relativas a aportes financeiros para equacionamento do déficit atuarial do Instituto de Previdência Municipal de Igarapava, previstos no Decreto nº 2.211/20, totalizando um saldo não quitado no exercício de R\$ 6.148.557,50, que sequer foi empenhado.

B.1.8.1. Despesa de Pessoal

- A Origem deixou de contabilizar como despesa de pessoal montante equivalente a R\$ 3.022.180,51 decorrente de contratações que se caracterizam como terceirização de mão de obra.

B.1.9. Demais Aspectos sobre Recursos Humanos

- Contrariando posicionamento deste Tribunal de Contas, bem como orientação traçada no item “8” do Comunicado SDG nº 32/2015, dos 37 cargos de livre nomeação e exoneração previstos na legislação municipal pertinente, apenas para os cargos de assessor de comunicação e de assessor de gabinete são exigidos formação de nível superior aos interessados, estabelecendo-se, para os demais, tão somente a conclusão do ensino médio.

B.2. IEG-M – I-Fiscal

- Não houve a disponibilização de recursos orçamentários e materiais para operacionalização das atividades relacionadas à Administração Tributária;

- Em que pese tratar-se de carreira específica ou típica de Estado, a Prefeitura Municipal possui um funcionário terceirizado em cargos de fiscais da administração tributária;

- Não há disponibilização de programas de treinamentos específicos aos fiscais tributários, o que pode comprometer a atualização do conhecimento e a adequada execução das atividades inerentes ao cargo;
- Não houve revisão periódica do Cadastro Imobiliário;
- O Código Tributário Municipal não prevê a revisão periódica obrigatória da Planta Genérica de Valores (PGV), comprometendo a transparência e a eficiência da gestão fiscal;
- Os dados da Planta Genérica de Valores (PGV) e do Cadastro Imobiliário não atualizam automaticamente a base de cálculo do IPTU;
- Não houve divulgação do Parecer Prévio do TCE na página eletrônica da Prefeitura;
- Não houve divulgação, em tempo real, das receitas arrecadadas e dos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, contrariando o artigo 48-A, inciso II, da LC nº 101/2000.

C.1. Aplicação por Determinação Constitucional e Legal no Ensino

- Contabilização como aplicação no ensino com recursos próprios de despesas não amparadas pelas finalidades elencadas pelo art. 70 da LDB;
- A Origem deixou de quitar até o dia 31 de janeiro do exercício seguinte, montante equivalente a R\$ 250.576,82 referentes a restos a pagar de despesas contabilizadas como aplicação no ensino;
- Conforme informado pela Origem, não houve implementação do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar, nos termos da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.

C.2. IEG-M – I-Educ

- A Prefeitura Municipal possui mais de 39,53% do quadro de professores de creche como temporários, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação – CNE;
- Os profissionais de creche, pré-escola, anos iniciais e finais do ensino fundamental não participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2020, contrariando a Meta 16 do Plano Nacional de Educação;

- Não fez pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches, pré-escola e anos finais do ensino fundamental em 2020;
- Possui mais de 21,74% do quadro de professores de Pré-Escola como temporários, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE (até 10%);
- Não houve entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) aos alunos das Pré-Escolas, Anos Iniciais do ensino fundamental no ano de 2020;
- Apesar da existência de alunos de Pré-Escola que possuem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, não houve Atendimento Pedagógico Especializado (APE) na Rede Municipal de Ensino;
- Possui 13,79% do quadro de professores dos Anos Iniciais como temporários, índice superior aos 10% recomendados pelo Conselho Nacional de Educação – CNE;
- Não houve entrega do uniforme escolar aos Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e Finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental em 2020;
- Não atingiu a meta do IDEB para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental no ano da última avaliação;
- Não realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar (Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano) no ano de 2020;
- A entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) aos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental no ano de 2020 foi realizada após 15 dias do início das aulas;
- Apenas 01 dos 13 estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuía Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB vigente no ano de 2020;
- 06 das 13 unidades de ensino necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc.) em dezembro de 2020;

- Possui apenas dois nutricionistas para atendimento de 4.192 alunos das redes municipal e estadual de ensino infantil e fundamental, quantidade inferior aos quatro recomendados pelo Conselho Federal de Nutricionistas;

- Não (re)elaborou o currículo da rede municipal de ensino adequando-se às proposições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), contrariando o artigo 12 da Lei Federal nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017;

- O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB não realizou reuniões no ano de 2020;

- O Conselho de Alimentação Escolar não elaborou atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos.

D.2. IEG-M – I-Saúde

Nenhuma das 13 unidades municipais de saúde (estabelecimentos físicos) possui AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) ou CLCB (Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros), conforme Decreto Estadual nº 63.911, de 2018 e Lei nº 6.437, de 1977;

- Todas 13 unidades de saúde necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados etc.) em dezembro de 2020;

- A forma de registro de frequência dos médicos e dos enfermeiros não é eletrônica;

- Não realiza a gestão do estoque dos insumos utilizados como meios de diagnóstico laboratorial para as doenças sob monitoramento epidemiológico de interesse da Vigilância em Saúde;

- Não houve utilização de sistema informatizado de regulação com oferta de alguns serviços da gestão municipal;

- Informou que o Complexo Regulador Municipal não possui Central de Urgência nem Central de Internações;

- Não há componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria (SNA;

- Houve desabastecimento (falta do medicamento) superior a um mês de 46 dos 240 itens de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica presentes na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais.

E.1. IEG-M – I-Amb

- Os objetivos estratégicos e metas ambientais não estão materializados no PPA nem na LOA;

- Não participa de nenhum Programa de Educação Ambiental, contrariando o inciso VI do artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999);

- Não foi instituída lei regulamentando a proibição de queimada urbana pelo Município;

- Não há um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez;

- Não existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem;

- Não existem metas de tratamento nem de coleta de esgoto definidas, contrariando o estipulado no inciso I do artigo 9º e no inciso II do artigo 19 da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;

- Não há periodicidade na coleta seletiva realizada no Município;

- Nem todas as regiões do Município são atendidas pela coleta seletiva, contrariando os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (artigo 7º, incisos II e X, da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010);

- A Prefeitura Municipal não possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) elaborado e implantado, contrariando o artigo 11 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002.

F.1. IEG-M – I-Cidade

- Não há qualquer tipo de recursos específicos destinados a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil-COMPDEC;

- Não possui Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil devidamente regulamentado;

- Não capacita seus agentes para ações municipais de Defesa Civil, contrariando o disposto no artigo 9º, inciso V, da Lei Federal nº 12.608/12;
- Não realiza identificação e mapeamento das áreas de risco de desastre, contrariando o disposto no artigo 8º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012;
- Não possui Plano de Contingência Municipal – PLANCON de Defesa Civil;
- Não possui um estudo de avaliação da segurança das escolas e centros de saúde, contrariando o disposto no artigo 9º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012;
- Não possui um canal de atendimento de emergência à população para registro de ocorrências de desastres.

G.2. Fidedignidade dos Dados Informados ao Sistema AUDESP

- Como demonstrado no item B.1.5 – “Precatórios” deste relatório, foram constatadas divergências entre os dados informados pela Origem e aqueles apurados no Sistema Audeps.

G.3. IEG-M – I – Gov TI

- A Prefeitura Municipal não definiu as atribuições dos servidores da área de Tecnologia da Informação;
- A equipe de TI não participa da comissão de julgamento das compras públicas (licitações) que tenham como objeto equipamentos de TI, softwares ou serviços que envolvam a Tecnologia da Informação;
- Não possui um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) vigente que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro;
- Não dispõe de Política de Segurança da Informação formalmente instituída e de cumprimento obrigatório;
- Não regulamentou a Lei de Acesso à Informação, contrariando artigo 45 da Lei Federal nº 12.527/11;
- O site da Prefeitura Municipal não possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto;

- O site da Prefeitura Municipal não disponibiliza acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência;
- Não há integração entre o sistema de contabilidade e o sistema de dívida ativa;
- Não oferece os seguintes serviços digitais: alvarás, licenças de funcionamento, certidões, licenças, autorizações, solicitação de serviços de zeladoria e solicitação de obras e serviços de urbanização;
- Ainda não regulamentou o tratamento de dados pessoais segundo a LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018);
- A Prefeitura Municipal não designou um encarregado para o tratamento de dados pessoais (DPO).

H.1. Perspectivas de Atingimento das Metas Propostas pela Agenda 2030 entre Países-Membros da ONU, Estabelecidas por Meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS

Tendo em vista as análises realizadas, bem como as informações prestadas pela Origem ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal, devidamente validadas por esta Fiscalização, indica-se que o Município em apreço poderá não atingir algumas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS;

H.3. Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

No que se refere às recomendações desta Corte, haja vista os dois últimos exercícios apreciados e com trânsito em julgado até 2020, verificamos que, no exercício em exame, a Prefeitura descumpriu recomendações desta E. Corte de Contas;

1.4 Subsidiaram as contas os seguintes expedientes:

a) TC 020210.989.20: Trata de ofício subscrito pelo Senhor José Ricardo Rodrigues Mattar, Prefeito Municipal, por meio do qual envia, para conhecimento, declaração de regularidade quanto à divulgação da execução orçamentária e financeira por meio eletrônico de acesso ao público e de informações pormenorizadas relativas à receita e à despesa, em atendimento ao disposto no art. 73-C da LRF.

b) TC-010532.989.21: Trata de ofício nº 030495/2021, de 22-04-2021, expedido no processo DEPRE nº 9002032-13.2019.8.26.0500/03, por meio do qual encaminha decisão subscrita pelo Desembargador Coordenador da Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos – DEPRE, Dr. Wanderley Federighi, para as providências cabíveis, inclusive aplicação das sanções previstas no art. 104 do ADCT em relação à entidade devedora (Instituto de Previdência Municipal de Igarapava).

Segundo apurado, o “Prev Igarapava”, autarquia municipal responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais de Igarapava, instado a providenciar o depósito referente a insuficiência do mapa orçamentário de 2020 (R\$ 175.870,09 em 11.03.2021), ficou-se inerte, incorrendo assim em mora e sujeitando-se à imposição das sanções previstas nos incisos I, II, III, IV e parágrafo único do art. 104 do ADCT.

Por esta razão, foi instaurado, de ofício, procedimento que culminou no sequestro de montante equivalente a R\$ 177.805,12 (valor atualizado 30-04-2021) das contas da Prefeitura Municipal de Igarapava, devedora subsidiária da autarquia supramencionada, tendo sido, por conseguinte, determinado o cancelamento de todas as medidas punitivas anteriormente impostas.

A Fiscalização informou que a documentação serviu de subsídio para a instrução deste dos autos em exame e, atualmente se encontra arquivado.

c) TC- 004970.989.21: Trata-se o presente protocolado de denúncia encaminhada pelo Conselheiro Municipal de Saúde de Igarapava, Sr. Emerson Antônio Galvão em que comunica possíveis irregularidades no âmbito da Prefeitura Municipal de Igarapava, relativas à gestão do SUS.

Em apertada síntese, alega o denunciante que o Prefeito Municipal, Sr. José Ricardo Mattar, o ex-Diretor do Departamento de Saúde, Sr. Murilo Santos, o atual interventor, Sr. Marcelo Ormeneze e o ex-Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Sr. Getúlio Pereira, agiram em comunhão de interesses para forjar uma intervenção na Santa Casa de Igarapava e passar a

utilizar referida unidade hospitalar como “mecanismo para promoção de sua futura candidatura”.

Asseverou ainda que, após a intervenção, a entidade passou a receber repasses de convênios sem prévia análise, as prestações de contas não estariam mais sendo regularmente apresentadas, todas as certidões de regularidade fiscal estariam vencidas, a equipe de fiscalização instituída pela Prefeitura jamais teria efetivamente atuado e, por fim, que um sistema de favorecimento na aplicação de vacinas (“fura-fila”) teria sido identificado.

A Fiscalização informou que, em consulta à página eletrônica do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, apurou que a intervenção foi judicialmente chancelada, tendo ainda sido determinado ainda que “*a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Igarapava, por meio de sua mesa diretora, se abstenha de impedir, por qualquer meio, a efetivação da requisição administrativa instrumentalizada no Decreto Municipal n.º 3.157/2019*”.

Verificou ainda que este entendimento foi ratificado em sede de Mandado de Segurança impetrado pelo próprio nosocômio (processo nº 1001090-18.2019.8.26.0242) e indeferido em 15.10.2019.

Concluiu que carece razão ao denunciante quanto à suposta ausência de prestações de contas, uma vez que, em consulta ao Sistema de Repasses ao Terceiro Setor – SisRTS, localizou registros e documentações relativas a onze repasses efetuados à entidade em 2019 e outros nove repasses ao longo do exercício em apreço.

Neste mesmo sentido, considerou que não deve prosperar a alegação de ausência de certidões válidas, uma vez que, em consulta aos portais eletrônicos da Caixa Econômica Federal, da Receita Federal e do Ministério da Fazenda, obteve Certidões Positivas com efeitos de Negativa para recolhimentos ao FGTS, tributos federais e dívida ativa da União.

Por fim, ressaltou que a acusação de suposto favorecimento na distribuição de vacinas (“fura-fila”) foi apresentada pelo denunciante sem qualquer documentação que corroborasse a narrativa nela contida.

Dessa forma, considerando todos os esclarecimentos expostos, entendeu que as denúncias apresentadas pelo Conselheiro Municipal de

Saúde de Igarapava, Sr. Emerson Antônio Galvão devem ser consideradas improcedentes.

d) TC- 015499.989.21: Tratam os autos de Ofício nº 1952/2021, encaminhando ofício subscrito pelo Promotor de Justiça de Igarapava, Dr. Aluísio de Souza Marcelo, requerendo informações sobre a análise dos procedimentos de Dispensa de Licitação nºs 12/2019, 02/2020, 20/2020 e 01/2021 que se referem à contratação do Sr. Marcelo Ormeneze como interventor da Santa Casa de Misericórdia de Igarapava.

Informou a Fiscalização que a Prefeitura Municipal de Igarapava, após decretação de intervenção junto à Santa Casa de Misericórdia local, providenciou a contratação do Sr. Marcelo Ormeneze no dia 23-07-2019 mediante dispensa de licitação (nº 12/2019) fundamentada nos termos do art. 24, inc. IV, da Lei de Licitações, em razão da situação emergencial verificada e a escolha do interventor foi feita “com base no currículo profissional, bem como em isso atuação como membro de entidades cujo objeto é voltado em sua primazia ao atendimento do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, bem como pela atuação no poder público executivo municipal, mais precisamente na atual gestão, exercendo a contento em comissão o cargo de Diretor do Departamento Administrativo no período de 01-08-17 a 19-03-18”. Ademais, verificou que o contrato inicial vem sendo prorrogado a cada seis meses, sem reajustes nos valores pactuados, ou seja, R\$ 42.000,00 (seis parcelas mensais de R\$ 7.000,00), por meio de novos contratos, todos precedidos de novas dispensas de licitações (nºs 02/2020, 20/2020 e 01/2021).

Após análise realizada sobre a documentação disponibilizada pela Origem, apurou a Equipe Técnica que as dispensas citadas atenderam a legislação pertinente, uma vez que todas dispunham de declaração de existência de recursos, justificativas, parecer jurídico, publicação do contrato e termo de ciência e notificação.

Por fim, ressaltou que o próprio Ministério Público providenciou o arquivamento do expediente interno que deu origem ao presente

protocolado sob a conclusão de que “ao cabo das investigações preliminares, não restou demonstrada conduta dolosa ou culposa que pudesse ensejar ajuizamento da respectiva ação civil ou adoção de outra medida administrativa”.

1.5 Regularmente notificado (eventos 52.1), o responsável pelas contas em exame, o **Prefeito José Ricardo Rodrigues Mattar**, apresentou justificativas e documentos (evento 61.1/61.12) esclarecendo, em síntese, o seguinte:

B.1.6. Encargos

Sustentou que, diante das enormes dificuldades financeiras enfrentadas pelo Município ao longo do exercício em exame, principalmente por conta da pandemia do COVID-19, onde todos os esforços se voltaram à contenção da doença, não restou alternativa à Administração, como tentativa definitiva de solucionar a questão, senão pactuar o parcelamento, conforme constatado pela Fiscalização Financeira, ressaltando que referido acordo de parcelamento vem sendo devidamente cumprido.

C.2. IEG-M – I-Educ

Com relação aos professores temporários, informou que no exercício em exame foi realizado um concurso (edital nº 01/20), sendo que atualmente não possuem mais docentes temporários no quadro de professores do Município, apenas efetivos.

Acerca da ausência de capacitação durante o ano de 2020, informou que em razão do cenário totalmente atípico vivido no referido exercício, devido à pandemia de Covid-19, não foi possível viabilizar a contratação de cursos de capacitação aos docentes, entretanto, a Prefeitura Municipal vem buscando recursos para a realização de tais capacitações.

Quanto ao apontamento de que não houve entrega do material didático aos alunos das pré-escolas, dos anos iniciais e dos anos finais do Ensino Fundamental, esclareceu que o município participa do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), sendo que este material é utilizado para a preparação e planejamento das aulas.

No que se refere à nota da IDEB, apesar de o Município não ter atingido a meta para os anos iniciais (1º ao 5º ano) e os anos finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental no ano da última avaliação, salientou que o Município avançou na nota em relação ao ano anterior. Afirmou que esse avanço decorreu do esforço da Administração e que apenas essa pequena diferença para o atingimento da meta prevista não é capaz de comprometer a boa avaliação do Município, que vem apresentando expressivo crescimento.

Quanto à ausência de ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar bem como da ausência de pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches, pré-escolas, e dos anos finais do ensino fundamental, ressaltou que o Município realizou busca ativa aos alunos por contato telefônico, durante todo o ano letivo de 2020, tendo sido intensificada em 2021, quando retomou parcialmente à normalidade, inclusive com visitas às famílias responsáveis pelos alunos, seguindo-se os protocolos de segurança.

No que se refere à emissão do competente AVCB, comunicou que atualmente está em fase de estudos para tal adequação, sendo que o Departamento de Engenharia está elaborando a contratação de empresa especializada para a execução do projeto de adequação em todos os estabelecimentos que não possuem o AVCB. Ressaltou, todavia, que independentemente da obtenção de referido documento, as instalações e todos os procedimentos lá adotados já se adequam perfeitamente às normas de segurança e prevenção contra incêndio.

Em relação às 06 (seis) unidades de ensino que necessitam de reparos esclareceu que, de acordo com o planejamento municipal, todas as unidades de ensino irão passar por melhorias e reformas seguindo o cronograma iniciado em 2021.

Acerca da alegação de que a Prefeitura Municipal não (re)elaborou o currículo da rede municipal de ensino adequando-se às proposições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), informou que aderiu ao Currículo Paulista, inclusive participando de todas as reuniões na Diretoria

Regional de São Joaquim da Barra - DRE para elaboração e execução do mesmo.

D.2. IEG-M – I-Saúde

Acerca da emissão do competente AVCB, informou que buscará, na medida de sua disponibilidade financeira e orçamentária, emitir o competente AVCB de todas as unidades de saúde, de forma que está providenciando a adequação das unidades, tendo sido elaborado por parte da Municipalidade, um projeto de engenharia para regularização da situação.

Com relação aos reparos necessários nas unidades de saúde, como conserto de janelas, rachaduras, etc, esclareceu que o Município realizou levantamento de todas as reformas e adequações necessárias, as quais encontram-se pendentes de execução apenas em função da pandemia.

Informou, ainda, que em relação ao apontamento referente ao registro de frequência dos médicos ser manual através de folha de ponto, está providenciando as melhorias necessárias para aprimorar o controle de frequência dos servidores, adquirindo equipamentos eletrônicos e realizando diversas pesquisas para implantação.

Quanto ao apontamento de que a Prefeitura Municipal não realiza a gestão do estoque de insumos utilizados como meios de diagnósticos laboratoriais para doenças sob monitoramento epidemiológico de interesse da Vigilância de Saúde, informou que a farmácia municipal passou a fazer o controle do estoque de insumos, como por exemplo os testes rápidos para Covid-9, HIV, etc.

Acerca da alegação de que não houve utilização de sistema informatizado de regulação com oferta de alguns serviços da gestão municipal, ressaltou que utiliza o sistema CROSS para ofertas de serviços, conforme orientação da Secretaria Estadual de Saúde, sendo que o CROSS de Urgência é feito pela Santa Casa e o CROSS (exames e consultas) é feito pela Prefeitura Municipal.

Em relação ao apontamento de o Complexo Regulador Municipal não possui Central de Urgências e Central de Internações, informou que o

Município possui um profissional que autoriza as internações, sejam elas eletivas ou de urgência, bem como o sistema CROSS.

A respeito da alegação de que não há componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria (SNA), esclareceu que o Município possui 02 (dois) profissionais que realizam a atividade de monitoramento, avaliação e auditoria.

Acerca do alegado desabastecimento (falta de medicamento) superior a um mês consignou que a situação foi regularizada em 2021.

E.1. IEG-M – I-Amb

Relativamente à participação em programa de educação ambiental, ressaltou que a Prefeitura Municipal participa do programa de educação ambiental “Desafio Ambiental”, com apoio da empresa DAidea Ambiental e do Departamento de Educação do Município.

Quanto à alegação de que não foi instituída lei regulamentando a proibição de queimada urbana pelo Município, esclareceu que a Lei Municipal nº 770/2018, de 10 de janeiro de 2018, em seu art. 1º, inciso II, especifica tal proibição.

A respeito do apontamento de que não há um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez, notificou que não houve necessidade da criação de um plano, tendo em vista que Igarapava é o Município com maior disponibilidade de água potável da região, haja vista ser demasiadamente provida deste recurso natural.

Em relação à alegação de que não existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem, ressaltamos que tais ações geralmente são realizadas em municípios que captam água dos rios, contudo, o Município de Igarapava capta água de poços que sofrem menos interferência com a estiagem, não tendo sido necessária, até o presente momento, a criação de medidas de contingenciamento nesse sentido.

Quanto à afirmação de que não existem metas de tratamento e nem de coleta de esgoto definidas, noticiou que a Administração Municipal se

compromete a dar início aos estudos para elaboração das metas, o que poderá ser constatado pelas fiscalizações futuras dessa E. Corte de Contas.

Acerca da periodicidade na coleta seletiva realizada e sobre o não atendimento de todas as regiões do Município, esclareceu que a cooperativa de coleta realiza o recolhimento em dias alternados e, ciente da impossibilidade de atender todo o Município, já deu início à estudos para melhorar o serviço prestado pela cooperativa.

Por fim, informou que o Plano de Saneamento Básico incorporou o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), descrevendo em seu item 3.1.4 sobre a gestão de tais resíduos no Município de Igarapava.

F.1. IEG-M – I-Cidade

Sustentou que a COMPDEC se encontra operando e desempenhando plenamente suas funções, de tal forma que a Fiscalização não apontou qualquer mácula na efetividade da prestação do serviço. De toda forma, se comprometeu, na medida de sua disponibilidade orçamentária, alocar maiores recursos para a coordenadoria, durante o próximo exercício.

Quanto ao apontamento de que a Prefeitura Municipal não possui Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil devidamente regulamentados, informou que o Município já vem adotando providências para a criação de Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, pois, ciente de tal lapso, empreendeu esforços para iniciar os estudos visando a elaboração do mesmo.

Em relação à alegação de que a Prefeitura Municipal não capacita seus agentes para ações municipais de Defesa Civil, insta ressaltar que a Municipalidade oferece treinamento na medida de sua disponibilidade financeira e orçamentária, contudo, os profissionais atuantes são altamente capacitados para exercerem suas funções em atendimento à população.

No que se refere ao não mapeamento das áreas de risco, ressaltou que, não há ocorrência no município de Igarapava de desastres naturais de qualquer natureza, ou mesmo àqueles decorrentes de ação humana, haja vista que não há a exploração de qualquer atividade no município que apresente risco para atuação da Defesa Civil.

A respeito do Plano de Contingência Municipal - PLANCON de Defesa Civil, a atual Administração se comprometeu a realizar a formalização do Plano de Contingência, o que não exige a atuação da Defesa Civil para o atendimento em situações emergenciais.

Acerca da avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde, informou que o Município se encontra em fase de elaboração de projeto técnico para a expedição do competente AVCB de todas as unidades, bem como, acima de tudo, já atende os quesitos estruturais e de segurança exigidos pela legislação de regência, podendo apresentar o cumprimento do presente apontamento no âmbito do próximo exercício.

1.6 Instada a se manifestar, a **Unidade de Economia da Assessoria Técnico-Jurídica** (evento 82.1) se posicionou pela emissão de **parecer desfavorável** à aprovação das contas, em razão do não recolhimento das parcelas de março a dezembro relativas a aportes do déficit atuarial do Instituto de Previdência Municipal de Igarapava, no exercício em exame.

A vertente **Jurídica** (evento 82.2), no entanto, propôs a emissão de **parecer favorável** as contas do Município de Igarapava.

A **Chefia** do órgão (evento 82.3) acompanhou a Unidade de Economia.

1.7 O **Ministério Público de Contas** (evento 88.1) opinou pela emissão de **parecer desfavorável** à aprovação das contas, em virtude falta de recolhimento das parcelas correspondentes ao período de março a dezembro do exercício em exame, relativas a aportes financeiros para equacionamento do déficit atuarial do Instituto de Previdência Municipal de Igarapava, no valor total de R\$ 6.148.557,50.

1.8 Pareceres anteriores:

Exercício	Parecer	Processo	Relator	publicação
-----------	---------	----------	---------	------------

2017	Desfavorável ²	TC-006661.989.16	Minha relatoria	05-12-19
2017	Não provido.	TC-008126.989.20	Minha relatoria	12-12-20
2018	Favorável	TC-004418.989.18	Conselheira Cristiana de Castro Moraes	02-07-20
2019	Favorável	TC-004759.989.19	Conselheiro-Renato Martins Costa	28-08-21

1.9 Dados Complementares:

a) Receita *per capita* do município em relação ao estado e à média dos demais municípios paulistas:

Exercício	Igarapava		Receita Per Capita			Resultado relativo de Igarapava	
	Habitantes	Receita Arrecadada	Igarapava(A)	Estado (B)	Média dos Municípios/SP (C)	Em relação ao Estado (A/B)	Em relação aos Municípios (A/C)
2017	29.037	75.096.159,91	2.586,22	3.031,41	3.615,62	85%	72%
2018	29.176	85.522.816,77	2.931,27	3.305,55	4.020,63	89%	73%
2019	29.316	93.900.744,47	3.203,05	3.608,58	4.297,41	89%	75%
2020	29.456	100.691.356,42	3.418,36	3.812,51	4.523,81	90%	76%

b) Resultado da Execução Orçamentária nos últimos exercícios:

EXERCÍCIOS	2017	2018	2019	2020
(Déficit)/Superávit	5,20%	(0,14%)	3,58%	8,96%

c) Indicadores de Desenvolvimento:

Índice Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

	Nota Obtida					Metas					
	2011	2013	2015	2017	2019	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Igarapava											
Anos Iniciais	5.4	5.6	5.9	5.8	6.1	5.2	5.4	5.7	5.9	6.2	6.5
Anos Finais	4.0	3.9	4.3	4.0	4.6	4.0	4.4	4.8	5.0	5.3	5.6

Fonte: INEP

d) Investimento anual por aluno com Educação:

Exercício	Número de matriculados	Investimento anual por aluno
2019	3.396	R\$9.704,20

² Resultados econômico-financeiros, à aplicação dos recursos do FUNDEB e ao pagamento de precatórios:

2020	3.570	R\$7.060,78
------	-------	-------------

e) Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM):

INDICADOR TEMÁTICO	2017	2018	2019	2020
IEG-M:	C ↓	C+ ↑	C ↓	C ↑
i-PLANEJAMENTO:	C ↓	C ↓	C ↓	C+ ↑
i-FISCAL:	C ↓	C+ ↑	B ↑	C ↓
i-EDUC:	C ↓	C+ ↑	C ↓	C ↑
i-SAÚDE:	B ↓	B ↓	C ↓	B ↑
i-AMB:	C ↓	C+ ↑	C ↓	C ↑
i-CIDADE:	C ↑	C ↑	C	C ↓
i-GOV TI:	C ↓	B ↑	C ↓	C ↑

A Altamente Efetiva	B+ Muito Efetiva	B Efetiva	C+ Em fase de adequação	C Baixo nível de adequação
-------------------------------	----------------------------	---------------------	-----------------------------------	--------------------------------------

É o relatório.